



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

## ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

**Finalidade:** Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas nos Termos de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

**Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP:** O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato da autoridade competente, conforme consta do processo.

### Justificativas:

#### Da necessidade da contratação:

Mesmo possuindo uma das maiores disponibilidades de água doce do mundo em seu território, o Brasil também apresenta uma extensa região caracterizada por déficits hídricos e secas recorrentes. Nessa região, conhecida como Semiárido Brasileiro, há, segundo autores diversos, relatos de graves secas desde o ano de 1583, quando Fernão Cardim registrou a estiagem que assolava os estados nordestinos, reduzindo a produção dos engenhos de açúcar e forçando muitos indígenas a se abrigarem no litoral. Em documentos oficiais, os primeiros registros de ocorrência de grandes estiagens, datam de 1729, ocasião em que muitos escravos morreram de fome e os engenhos paralisaram suas atividades. Apesar de todos estes registros, o fenômeno da seca só ganhou notoriedade no Brasil com o grande flagelo dos anos 1877-1879, quando pereceram cerca de 500 mil nordestinos. Outras grandes secas ocorreram em 1915, 1932, 1969-1970 e, mais recentemente, na severa estiagem ocorrida entre 1979 e 1983, que, segundo estimativas, provocou mais de 100 mil mortes e deixou milhões de flagelados. O Governo Federal e os Estados abrangidos pelo semiárido vêm, há várias décadas, desenvolvendo políticas, projetos e ações focadas na mitigação das secas e no desenvolvimento das populações afetadas. Muito se investiu na construção de açudes e barragens, na formação de frentes de trabalho, na distribuição de água por caminhões pipa, na distribuição de cestas básicas e na implantação de grandes projetos de irrigação.

Entretanto, verifica-se que os esforços e investimentos realizados ainda não foram capazes de solucionar o problema. A população dessa região ainda passa por terríveis dificuldades causadas pelas secas periódicas, que, sabe-se, continuarão a ocorrer.

Outro elemento que pode ser usado neste processo de minoração dos efeitos da estiagem é a construção de poços artesianos. Os custos para a construção de barragens rede de recalques e distribuição de água, por exemplo, são significativos, necessitam de um razoável espaço de tempo para serem implantadas e, via de regra, provocam grande impacto ambiental. Os serviços de perfuração de poços têm custo extremamente baixos, sua implantação necessita de curto período de tempo, comparado às outras formas de captação de água, além de provocarem pequenos impactos ao meio ambiente. Segundo especialistas, o abastecimento de água realizado mediante a perfuração de poços é mais vantajoso que as demais formas de abastecimento, sendo extremamente recomendado para pequenas comunidades e vilarejos situados distantes da calha de rios permanentes.

- I. As grandes vantagens de uso das águas subterrâneas são:
  - a) Qualidade: a composição química dessas águas é o resultado da composição original da água que infiltra, com a evolução físico-química influenciada pelas rochas atravessadas e pelo tempo de permanência no aquífero. Por ocorrerem no subsolo, essas águas são naturalmente protegidas, mas não isentas de poluição e de contaminação;
  - b) Quantidade: os volumes disponíveis como reservas podem ser muito grandes;
  - c) Usos: atendem a todos os padrões de usos para o abastecimento humano e animal, serviços, indústria, agricultura e lazer;
  - d) Custos: permitem a implantação de um sistema gradual ou em módulos de aproveitamento, não tendo custo de armazenamento primário e, na maioria dos



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental**

casos, sem necessidade de tratamento, assim como não há necessidade de desapropriação de grandes áreas como ocorre com um reservatório de superfície.

- e) Vida útil: um poço, por ser um serviço de engenharia, se construído segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), tem uma vida útil média de 20 anos;
- f) Meio Ambiente: os impactos ambientais negativos gerados pelo seu aproveitamento são de baixa magnitude.

**Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:**

A CODEVASF conta com uma equipe técnica especializada em diversas áreas da engenharia, responsável por atividades rotineiras e específicas, como fiscalização de obras e contratos, elaboração de notas técnicas, análises processuais e orçamentos. No entanto, a empresa não possui a infraestrutura necessária para realizar diretamente a execução de uma obra, tanto em termos de instalações quanto em relação à multidisciplinaridade e quantidade de profissionais exigidos.

A escolha da solução se deu através da análise da implementação das seguintes soluções:

**Solução 1:**

Descrição: utilização do comboio próprio de perfuratrizes, seus equipamentos adquiridos por essa companhia no ano de 2020 e operados por empresa particular contratada.

Análise da Solução: A solução apresentada mostra-se INVIÁVEL técnica e economicamente, em virtude de o quantitativo de máquinas não conseguirem atender no tempo adequado a necessidade das obras. Além disso, essa companhia não dispõe de todo material utilizado na instalação, necessitando fazer a aquisição previamente. Por fim, o maquinário disposto pela companhia atende preferencialmente poços localizados em regiões cristalinas, tornando parte do estado descoberto do serviço.

**Solução 2:**

Descrição: Adesão a ata de registro de preços (carona) para aquisição de serviços de perfuração e instalação de poços tubulares.

Análise da Solução: A solução apresentada mostra-se INVIÁVEL técnica e economicamente, em virtude das particularidades técnicas e operacionais observadas na área de atuação desta Superintendência. Vale salientar que cada localidade possui sua especificidade geológica e hidrogeológica, sendo improvável a manutenção da logística e dos projetos utilizados em outras áreas.

**Solução 3:**

Descrição: Pregão eletrônico objetivando a contratação de serviços comuns de engenharia relativos à perfuração, montagem e instalação de poços tubulares com suprimento de energia solar e montagem e instalação de poços tubulares com suprimento de energia solar, em rochas do tipo cristalino e sedimentar na área de atuação da 7ª Superintendência Regional, via Sistema de Registros de Preços – SRP.

Análise da Solução: A solução apresentada mostra-se VIÁVEL técnica e economicamente, pela facilidade da Administração Pública em contratar empresas, supostamente, capazes de fornecer todos os materiais e serviços necessários para alcançar o objeto proposto nesse estudo.

Portanto, a premissa adotada foi a contratação de uma empresa especializada para realizar os serviços de perfuração e instalação de poços tubulares em municípios localizados no Estado do Piauí.

**Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:**

Os sistemas de referência consultados foram: SINAPI - 07/2024 - Piauí, SICRO3 - 04/2024 - Piauí, SEINFRA - 028 - Ceará, SIURB INFRA - 01/2024 - São Paulo, FDE - 04/2024 - São Paulo, SBC - 08/2024 - SDR - Salvador - BA, ORSE - 06/2024 - Sergipe, SIURB - 01/2024 - São Paulo, CPOS/CDHU - 06/2024 - São Paulo, EMBASA - 05/2024 - Bahia e SEDOP - 05/2024 - PARÁ. Para as cotações de mercado, foram levantadas pelo menos três cotações por item de modo que se obteve um coeficiente de variação inferior a 25%.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

### **Da adoção do Pregão Eletrônico:**

Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de bens comuns (ou serviços comuns de engenharia). A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro. Ressalta-se que a técnica envolvida na execução do fornecimento (ou serviços) objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como bens/serviços comuns. O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo de fornecimento (ou serviços) sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento (ou serviços) que serão contratados.

### **Da adoção do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):**

Os serviços de Perfuração e Instalação de poços tubulares totalmente revestidos e parcialmente revestidos, localizadas em municípios diversos do Estado do Piauí, na área de atuação da 7ª SR da CODEVASF, em Teresina/PI., são serviços de engenharia que podem ser caracterizados tecnicamente como serviços comuns, por tratar-se de uma atividade das mais simples, que pode ser objetivamente definida conforme especificações usuais de mercado, o que possui natureza padronizável e pouco complexa, visto que é executada de forma rotineira no estado, sendo indiferente o município a ser beneficiado. A técnica envolvida na execução dos serviços objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução conforme consta nas especificações técnicas.

Vale salientar que existem poços com os mais variados fins, seja para estudos geológicos, captação de água subterrânea, extração de gás/petróleo, de monitoramento, entre outros, realizados através de variadas tecnologias para perfuração, seja manual ou com equipamentos mecanizados. Poços que integram um sistema de abastecimento de água completo possuem uma estrutura composta de várias unidades, ou seja, captação, estação elevatória, adutora, estação de tratamento, reservatórios (enterrado/elevado) e redes de distribuição, inclusive com propulsão a energia solar, ficando evidente que neste caso sua construção integra um serviço completo. Os poços objeto desta licitação, como relatado ao parágrafo anterior, são os poços de baixa complexidade, padronizados, não atingem grandes profundidades, que além dos serviços de perfuração, são fornecidos e instalados com bombeadores simples através bomba submersa ligados a energia fotovoltaica, fornecimento e instalação de um reservatório de polietileno apoiado em base elevada ou apoiada de alvenaria e bebedouro e chafariz.

Ademais, é oportuno citar o Acórdão TCU nº 3.419/2013-Plenário, Rel. Min. José Múcio Monteiro, DOU de 12.12.2013, o qual, dentre outras situações, julgava também a adequação do objeto ao regime de contratação. Nos itens 11 e 12 do Voto, o Relator diz: 11. *“Ocorre que, como assinalado pela unidade técnica, o objeto da licitação não se caracteriza exclusivamente como execução de obras, embora seja admitida a realização de reforma de agências, sem ampliações. A maior demanda prevista é de serviços de readequação de ambientes, sendo que as obras, quando necessárias, são apenas de natureza pontual e complementar. 12. Como, no concreto, os serviços de reforma previstos, além de materialmente pouco relevantes, estão decompostos em atividades mais simples, típicas de intervenção isoladas, que podem ser objetivamente definidas, conforme especificações usuais no mercado, e possuem natureza padronizável e pouco complexa, entendendo não haver óbice ao emprego do sistema de registro de preços na sua contratação”*.

A utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP é aplicável ao objeto desta licitação; considerando a imprevisibilidade do quantitativo e/ou do momento em que essas contratações se farão necessárias, e levando em consideração também da imprevisibilidade da disponibilidade de recursos orçamentários diante das necessidades frequentes da contratação desses serviços. Note-se que, dentre outros aspectos, e da necessidade frequente, bem como a inviabilidade de prévia definição da respectiva periodicidade e quantitativos inerentes a cada contratação, o que se presta ainda a justificar a constituição de SRP.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

**Da vigência da ata:**

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023.

**Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:**

A divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) não será admitida, tendo em vista que o presente objeto é de especificidade da CODEVASF. Ademais, existe a necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório e as experiências anteriores foram negativas com o uso do IRP. Dessa forma, a área técnica é contrária à divulgação do IRP. Mesmo sem a divulgação da IRP, outros órgãos públicos poderão solicitar adesão à ATA de Registro de Preços, não configurando assim, prejuízos para os demais órgãos.

**Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona): Sim** – A adesão a Atas de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas, pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo. Além de otimizar a gestão, sem se afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens. As adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas.

A contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto evidente a vantagem de uma adesão, está se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

**Justificativa da adoção do valor estimado público:** Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

**Critério de Julgamento:** Maior Desconto, de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

**Dos requisitos de aceitação das propostas:**

A proposta financeira a ser aceita será exclusivamente para o grupo licitado, contendo os três itens, e deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas ou quantitativos não previstos neste TR e seus anexos constitutivos. Mais detalhes podem ser obtidos no Item 08 do Termo de Referências.

**Dos requisitos de Qualificação Técnica (exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações):**

**Definida no Item 9 do TR.** As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

**Da exigência ou não de apresentação de capital social mínimo:**



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental**

Após o cálculo dos índices previstos no art. 22 da IN 03/2018, caso o resultado dos índices da CONTRATADA sejam MENOR ou IGUAL a 1 (um), conforme o disposto no art. 24 da IN 03/2018, a CONTRATADA deverá comprovar capital social de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. Esta comprovação, para fins de qualificação econômica financeira, justifica-se devido ao risco da contratação.

**Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos ou parcelas:**

Em conformidade com as diretrizes e soluções adotadas no Projeto Básico, o agrupamento dos itens por Grupo se deve a fatos inerentes à própria execução da obra, sendo que se os mesmos fossem licitados separadamente, poderiam causar prejuízos à Administração Pública e obstáculos na execução do objeto. Assim, apesar da existência de 03 (três) itens por Grupo, há apenas um tipo de serviço (Perfuração e instalação de poço tubular em rocha), distinguindo apenas em relação ao revestimento do poço. No caso, são duas classificações: Perfuração e instalação de poço tubular PARCIALMENTE REVESTIDO, instalado com sistema fotovoltaico, bomba submersa, reservatório e bebedouro para animais e Perfuração; e instalação de poço tubular TOTALMENTE REVESTIDO, instalado com sistema fotovoltaico, bomba submersa, reservatório e bebedouro para animais.

**Da não exclusividade e/ou cota reservada para ME/EPP: microempresas e empresas de pequeno porte:**

Não serão concedidos os benefícios para as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, e no Decreto 8.538/2015, conforme art. 4º, §1º da lei nº 14.133/2021 e Parecer Jurídico nº 753/2024 – PR/AJ/ACTB.

**Permissão para Participação de Consórcios:**

Não será permitida a participação de consórcios, por se tratar de execução de serviços comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

**Permissão para Participação de Sociedades Cooperativas:**

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço/operações/atividades exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017.

**Permissão para Subcontratação:**

Não será permitida a subcontratação dos serviços objeto deste TR

**Dos critérios de reajustamento:**

Os critérios de reajustamento constam no item 14 do Termo de Referência.

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo NÃO superior a um ano, conforme consta dos Termos de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual. Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme o Art. 17º do Decreto nº. 11.462/2023, não é necessário indicar a dotação





Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

orçamentária que somente será exigida para a formalização do Contrato ou outro instrumento hábil”.

**Garantia de Execução (caução):**

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

**Licença Ambiental (AUTPOOP):**

Para emissão de Autorização Para Perfuração de Poços Tubulares e Outorga Preventiva (AUTPOOP) é essencial a definição dos locais a serem beneficiados, já que para iniciar o processo de regularização junto à SEMAR/PI é necessário apresentar título de propriedade ou prova de posse regular ou autorização de uso da área, bem como mapa de localização prevista e croqui de acesso desde a sede do município mais próximo ao ponto, conforme orientações contidas no roteiro anexo fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos – SIGA, da SEMAR/PI. Além disso, conforme Art. 3º da Portaria GAB. nº 0101/15 da SEMAR/PI, em anexo, que dispõe sobre a autorização para perfuração e recuperação de poços tubulares no Estado do Piauí e dá outras providências, o pedido de autorização para perfurar ou recuperar poços tubulares. Logo, essa licença é necessária no momento da execução do objeto contratado, sendo dispensável na fase do processo licitatório.